

COMANDANTE 70
MAJOR DA POLÍCIA MILITAR SIDNEY CARLOS PACHECO



Nascimento: 25 de fevereiro de 1940 (Florianópolis/SC)

Períodos de Comando:

- 6 de julho de 1971 a 12 de julho de 1971
- 9 de agosto de 1971 a 9 de setembro de 1971
- 9 de novembro de 1971 a 16 de novembro de 1971
- 30 de dezembro de 1971 a 3 de janeiro de 1972
- 16 de fevereiro de 1972 a 21 de fevereiro de 1972
- 22 de fevereiro de 1972 a 28 de fevereiro de 1972

- 14 de fevereiro de 1972 a 27 de abril de 1973
- 4 de julho de 1977 a 10 de abril de 1980

Sidney Carlos Pacheco (Florianópolis, 25 de fevereiro de 1940) é um advogado, militar e político brasileiro.

Filho de Carlos Wenceslau Pacheco e de Irany Paiva Pacheco.

Foi deputado estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 12ª legislatura (1991 — 1995).[1]

Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/Sidney_Carlos_Pacheco

Sidney Pacheco

Nasceu em 25 de fevereiro de 1940, em Florianópolis/SC. Filho de Carlos Wenceslau Pacheco e de Irany Paiva Pacheco. Pai de Andrea, Sidney Carlos Pacheco Júnior, Marcos, Carlos, Marcelo, André e Luciano.

Na terra natal realizou toda a formação: primário (Escola Básica Silveira de Souza); ginásial (Ginásio Antonieta de Barros); Técnico em Contabilidade (Escola Técnica Senna Pereira) e a graduação em Direito (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC).

Trabalhou como advogado e fez carreira na Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), chegando ao posto de Coronel.

Realizou vários cursos, entre eles, os de:

Formação de Oficiais - PMSC;

Aperfeiçoamento de Oficiais - Brigada Militar, no Rio Grande do Sul/RS;

Aperfeiçoamento de Bombeiros - Brigada Militar, no RS;

Superior de Polícia - Brigada Militar, no RS;

Geral de Polícia, na International Police Academy, em Washington/EUA;

Criminalista, na Universidade de San Francisco, na Califórnia/EUA;

Segurança Interna, na Fort Bragg - USARMY, na Carolina do Norte/EUA;

Controle de Fronteira, na Border Patrol Academy, no Texas/EUA;

Inglês, no Instituto Brasil, Estados Unidos e

Inglês, na Universidade Georgetown, em Washington.

Foi Delegado Regional da Polícia de Florianópolis, Delegado de Furtos, Roubos e Defraudações de Santa Catarina, Delegado de Costumes e Menores de Santa Catarina, Diretor Estadual de Defesa Civil, Comandante do Corpo de Bombeiros e Comandante-Geral da Polícia Militar.

Em 1961, foi Prefeito Provisório de Palma Sola/SC, por dois meses.

Na sua gestão de Comandante-Geral da Polícia Militar, as mulheres foram incluídas na carreira policial militar, com base na Lei Nº 6.209, de 1979, sancionada pelo Governador de Santa Catarina, criou o Colégio Policial Militar, em 15 de março de 1984, e a Central de Operações Policiais Militares (COPOM), entre outras realizações.

Pelo Partido da Frente Liberal (PFL), concorreu à vaga de Deputado Estadual para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para as seguintes legislaturas:

11ª Legislatura (1987-1991), eleito com 11.595 votos no pleito eleitoral, foi Deputado Constituinte da Constituição Estadual assinada em 5 de outubro de 1989 e exerceu mandato parlamentar;

12ª Legislatura (1991-1995), recebeu 19.594 votos na eleição, tomou posse e licenciou-se

do mandato em 15 de março de 1991, para exercer a função de Secretário de Estado da Segurança Pública;

13ª Legislatura (1995-1999), com 12.194 votos, ficou Suplente e não foi convocado.

Em São José/SC, foi Secretário de Segurança e Defesa Civil e Assessor Jurídico na Procuradoria Municipal.

Homenagens e condecorações (entre tantas recebidas)

Medalha de Mérito - 10 anos - PMSC.

Medalha de Mérito - 20 anos - PMSC.

Medalha Tiradentes - do Governo do Estado do Amazonas.

Medalha do Pacificador - Exército Brasileiro.

Medalha do Mérito Militar - Estado Maior das Forças Armadas.

Medalha Anita Garibaldi - do Estado de Santa Catarina.

Medalha de Mérito Nacional de Defesa Civil.

Cidadão Honorário de Dionísio Cerqueira.

Cidadão Honorário de Canoinhas.

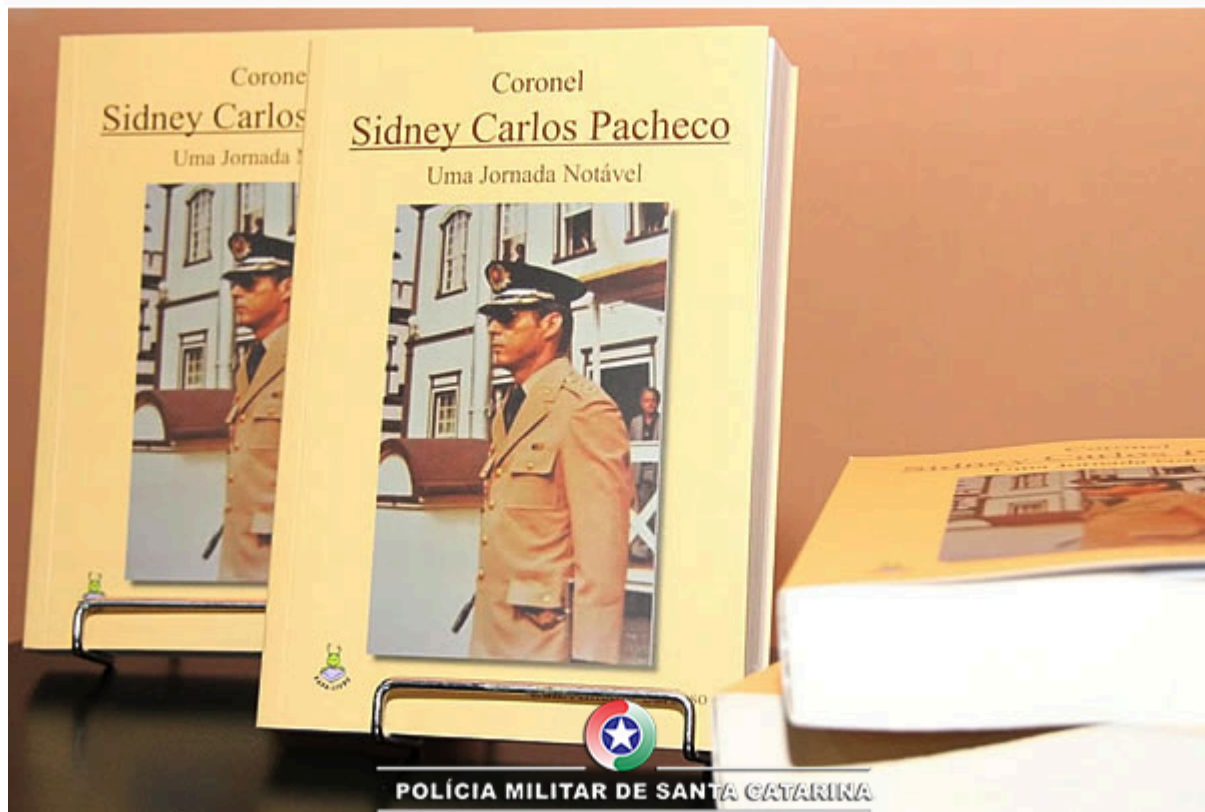
Homenageado como Deputado Constituinte de 1989, em sessão especial da Assembleia Legislativa, em 2019, nas comemorações de 30 anos da Carta Constitucional catarinense.



Fonte: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/866-Sidney_Pacheco

O LIVRO

A obra destaca a construção social e profissional do coronel Pacheco, demonstrando as várias funções que o oficial exerceu, tais como, de prefeito do município de Palma Sola (1961), de comandante-geral da PMSC (1983), de deputado em dois mandatos (1987 e 1991), sendo na reeleição, secretário da Segurança Pública do Estado (1991 a 1994). O coronel Pacheco ainda foi diretor da Defesa Civil estadual (1999 a 2003) e criou e instalou a Secretária de Segurança, Defesa Civil e Trânsito do município de São José (2004).



Sidney Carlos Pacheco

Secretário da SSP (1991 a 1993)



Natural de Florianópolis, Sidney trabalhou como advogado e fez carreira na Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), chegando ao posto de Coronel. Deputado Constituinte de 1988 e Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no final do século XX. Delegado de Polícia, Comandante do Corpo de Bombeiros e Comandante-Geral da Polícia Militar. Possibilitou a criação da carreira militar para mulheres e criou o COPOM. Foi secretário da Segurança Pública do governo de Wilson Kleinübing.

https://portal.ssp.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=892:secretario-r-ecebe-em-audiencia-prefeitos-interessados-na-instalacao-do-sistema-de-videomonitoramento&catid=94:novas-noticias-1&Itemid=154

CEL SIDNEY PACHECO

Quase 30 anos se passaram desde que o Cel Sidney Pacheco passou para a Reserva da Polícia Militar em Santa Catarina. As lembranças do profícuo tempo na Ativa, no entanto, permanecem tão claras e vigorosas na memória que ele não contém a emoção ao recordar e contar momentos marcantes, como a atuação como Prefeito, como Delegado, Chefe do Estado Maior-Geral da PMSC e Comandante-Geral das duas corporações: o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Militar, assumida após turbulentos Anos de Chumbo, quando o Exército devolveu o comando aos militares estaduais.

Filho, neto e sobrinho de militares (seu avô materno, Cap João Batista Paiva, participou das campanhas revolucionárias de 1924, 1926 e 1927), o Cel Pacheco é da primeira turma da Academia da Trindade, onde estudou em 1959 e 1960. Apesar da prática extenuante, o Oficial da PM nunca deixou de buscar a teoria e dar continuidade aos estudos. Em São Paulo e em Santos, estagiou na Rádio Patrulha, buscando referenciais para a implantação do patrulhamento motorizado em Santa Catarina. Nos Estados Unidos, frequentou a Academia Internacional de Polícia, a Escola de Guerra e a escola do FBI, tendo recebido um dos diplomas das mãos de Robert Kennedy, então Secretário de Segurança.

Seu pai, o Cel Carlos Wenceslau Pacheco, ficou viúvo muito cedo, e a solução para conciliar trabalho e família era cuidar dos dois ao mesmo tempo. “O quartel era o meu parquinho”, lembra saudoso o Cel Pacheco, que andava de bicicleta entre homens fardados e se distraía com os devaneios de Oficiais obstinados, que forjaram não apenas as corporações mas também a própria segurança em Santa Catarina. Chefe do Serviço de Rádio-comunicação, seu pai construía, consertava e instalava equipamentos, às vezes recorrendo a carros-de-boi para garantir que os transmissores chegassem ao seu destino.

“Apesar do sacrifício, ele não conseguia parar de trabalhar. Lembro dele dizendo que o militar morre duas vezes: primeiro ao passar para a Reserva e depois de novo, quando vem a óbito”, conta o herdeiro de extrema determinação. Antes de entrar para o CFO – o que deixou seu pai visivelmente emocionado – o Cel Pacheco trabalhava na Prefeitura durante o dia, no Sindicato do Porto à noite, e ainda cursava contabilidade. “Nunca fugi dos desafios”, explica. Tanto que aceitou a indicação do Cel Lara Ribas para, ainda como Tenente, assumir a prefeitura de um município recém-fundado, o de Palma Sola, quase na fronteira com a Argentina.

“O hotel parecia um saloom”, lembra. “E a primeira recomendação que o Juiz me deu foi nunca sentar de costas para a porta”, completa o prefeito de Palma Sola pelo período de dois meses. Em 1963, com a experiência de quem havia sido o primeiro comandante da Rádio Patrulha em Santa Catarina e percorrido todo o Estado para fazer um inventário do patrimônio da PM – contabilizando as armas e munições disponíveis nos quartéis –, o Cel Pacheco foi nomeado Comandante do Destacamento da Penitenciária. Até ser promovido a Capitão, o Oficial exercia ali um turno sem fim. Trabalhava sábado, domingo e durante a noite, acompanhando e ajudando no que fosse preciso, e destacando-se pelo tratamento humanizado. “Eu via um ser humano atrás de cada uniforme”, conta.

A habilidade para gerir suas equipes acabou se convertendo em nova transferência. Entre 1965 e 1971 o Cel Pacheco atuou como Delegado de Polícia, Delegado de Segurança Pessoal e Delegado de Furtos, Roubos e Defraudações. “Novamente tive sorte, pois além de ser bem recebido pelos civis, fizemos uma grande apreensão de contrabando em Itajaí, com o material descoberto quase por acaso, enquanto investigávamos outro caso. Repercutiu muito. Fiquei famoso”, comemora o militar que deixou um legado à polícia civil, retomando inclusive o andamento de inquéritos parados.

Mais tarde, tendo sido aprovado em 1º lugar no Curso de Bombeiros para Oficiais no Rio Grande do Sul, o Cel Pacheco assumiu o Subcomando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, em 1971, e após novo intervalo como Delegado, o Comando-Geral do CBM, em 1981. “Data desta época o serviço de prevenção contra incêndios, com as primeiras normas formuladas”, revela o então Tenente Coronel que também teve contribuições expressivas em termos de infra-estrutura, adquirindo 54 viaturas via licitação e negociando pessoalmente a transferência de terrenos – hoje sedes do Comando-Geral e do GBS – da Casan para os Bombeiros. Até a existência da Beira-Mar Norte, tratava-se de um lote único, e foi necessário convencer os responsáveis a desviar o curso da avenida para ampliar a área disponível à beira-mar.

Outra passagem inesquecível, contada com justificado orgulho, é a do sequestro interrompido a paisana. De saída para a praia, o Comandante-Geral da PMSC soube de diversos crimes cometidos por fugitivos, que culminaram com o sequestro de uma menina de quatro anos. Mesmo sem farda, o Cel Pacheco se dirigiu ao local e, diante das frustradas tentativas de negociações registradas até aquele momento, entrou na casa na primeira oportunidade. Sozinho, acovardou os dois sequestradores, tomou suas armas, liberou a criança e devolveu os foragidos à penitenciária, sob aplausos. Passados tantos anos, ele ainda guarda a carta manuscrita pelo padre Pedro Keller, em reconhecimento à sua coragem.

Apesar da dedicação e da disposição, ele confessa não ter sido fácil seu período no Comando-Geral, de 1983 a 1985. “Como a abertura política era recente, havia grande ansiedade na classe política. Queriam interferir em tudo. E para piorar as enchentes levaram o Governo a cortar drasticamente o orçamento em todos os setores”, explica o Coronel que deixou impactantes contribuições à Polícia Militar, criação do COPOM, do Colégio Policial Militar, na época com ensino integral, e da Polícia Feminina, mesmo sob forte resistência.

Também contaram com o pessoal empenho do Cel Pacheco a instalação do Museu Major Lara Ribas em local obtido do Exército por meio de parcerias; a instalação do monumento em homenagem ao Sesquicentenário da PM na Beira-Mar Norte; a realização de um desfile histórico em 7 de Setembro, com participação de todas as unidades e subunidades da Capital e do interior; a criação do centro cirúrgico do HPM e de uma moderna Odontoclínica, atualmente desativada.

Ao passar para a Reserva, o Cel Pacheco deixou a farda mas jamais o trabalho, realizado com disciplina e seriedade. Primeiro Oficial eleito Deputado Estadual – reeleito quatro anos mais tarde – é autor de uma Emenda que garante a estabilidade dos Praças após três anos de efetivo serviço e do Projeto de Lei que requeria o pagamento de pensão integral às pensionistas dos policiais militares. “O PL foi aprovado pela Assembleia, vetado pelo governador, conseguimos que os deputados rejeitassem o veto e mesmo com a Lei aprovada as pensionistas tiveram que ingressar na Justiça para receber”, explica, satisfeito pelo pagamento da pensão integral estar em vigor desde 1990.

Na segunda legislatura, o Cel Pacheco foi nomeado Secretário de Estado da Segurança Pública e posteriormente Diretor Estadual de Defesa Civil, Secretário de Segurança e Defesa Civil de São José e Assessor Jurídico na Procuradoria Municipal de São José. Agraciado com inúmeras medalhas, como a Medalha de Mérito Nacional de Defesa Civil, o Cel Pacheco não poupou esforços como Diretor da Defesa Civil para “salvar” o Complexo Lagunar, propondo um cronograma de ações para reverter a poluição nesta reserva ecológica, infelizmente sem o sucesso típico de suas iniciativas.

“Em muitas ocasiões, a inspiração para o meu trabalho veio das conversas do meu pai com seus amigos de quartel, que eu ouvia ainda criança. Naquele tempo eles já falavam como seria bom ter um colégio militar. Isso e outras iniciativas que tentei implementar”, conta o pai de sete filhos. Casado em segundas núpcias com Maria Elizabeth Gonzaga Pacheco, o Cel Pacheco tem 13 netos, um bisneto e pelo menos uma herdeira do interesse pela Segurança Pública. Sua filha Andréa, Delegada da Polícia Civil, responde hoje por uma Secretaria Municipal criada por ele, a Secretaria de Segurança e Defesa Civil de São José.



Prefeito em Palma Sola, na Região Oeste de Santa Catarina



Início do serviço de Rádio Patrulha



Cumprimentado pelo então Secretário de Segurança norte-americano Robert Kennedy, após conclusão de capacitação nos Estados Unidos



Desfile Cívico histórico no governo de Esperidião Amin









Em novembro de 2014, recebido pelo presidente da ACORS na sede da entidade.
ENTREVISTA E REDAÇÃO: jornalista Ana Lavratti – jornalista@acors.org.br

<https://www.acors.org.br/2016/conheca-o-cel-sidney-pacheco/>